

TERRITÓRIO USADO: HEGEMONIA, CONTRA-HEGEMONIA E A FORÇA DO LUGAR NA PRODUÇÃO DO FUTURO

RODRIGUES, EDMILSON

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA.

Email: edmilsonbritorodrigues@uol.com.br

Globalização e filosofia da práxis como contra-hegemonia

A globalização atual, apresentada como fábula – fábula da aldeia global, fábula do prodígio da velocidade na contração do espaço e do tempo, fábula do mundo homogêneo regulado pelo mercado, fábula da morte do Estado, fábula do fim da história, fábula da humanidade desterritorializada etc. - é como realidade a expressão mais acabada da perversidade imanente ao modo de produção capitalista. A globalização como perversidade pode ser superada e dar lugar a uma outra globalização, a um novo período histórico que se expresse em um processo produtor de uma civilização, de uma humanidade. Mesmo que predomine hoje, inclusive entre os pensadores críticos, conforme observa Milton Santos (2000), um grande ceticismo, a produção de uma contra-hegemonia é necessária e possível. Essa convicção assenta-se na compreensão de que a razão hegemônica – a razão do capital é portadora, em si mesma, de forças que lhe são contrárias, obedientes à razões contra-hegemônicas, independentemente do grau de consciência que se possa ter delas, só potencializáveis no processo de produção de um projeto de futuro, o que pressupõe ação humana consciente, vontade coletiva das classes hegemônicas de produzir esse projeto humano socialmente conduzido, o socialismo.

O conceito de hegemonia é, indiscutivelmente, um elemento chave para a compreensão dos fenômenos sociais, políticos e culturais que configuram o uso do território brasileiro no presente período histórico. Sua adoção pressupõe referenciar-se na filosofia da práxis, construção social da liberdade. Nesse horizonte, Leandro Konder proclama o presente como sobrecarregado de passado e, ao mesmo tempo, cheio das possibilidades concretas de futuro; que para se libertar “das armadilhas de uma continuidade hipostasiada” o sujeito deve “assumir uma postura crítico-prática que lhe permita identificar rupturas necessárias e ajudá-las a se concretizar”. A busca da liberdade, com a qual se afirma na ação, só consegue se tornar mais concreta quando reconhece a dimensão da necessidade representada pelo outro; quer dizer, somente quando se torna intersubjetivo o movimento pelo qual o sujeito se realiza pode se tornar efetivamente objetivo; o interlocutor é alguém que, mesmo defendendo idéias divergentes, desempenha função essencial na auto-renovação e enriquecimento do conhecimento do sujeito e na superação das crispações

dogmáticas que ocorrem sem que, muitas vezes, se dê contas delas (KONDER, 1992, p. 123). Somente quando se consegue “criar”, isto é, reproduzir espiritualmente e intelectualmente o mundo, as coisas, os processos, é que se pode conhecê-los. A reprodução espiritual e intelectual da realidade é um dos modos essenciais de criação da realidade humano-social de relação prático-humana com essa realidade (KOSIK, 1976). Abraçar a filosofia da práxis além de um compromisso intelectual é também um compromisso prático – transformador da sociedade.

Na produção da nova história o presente não pode ser visto como mera decorrência do passado, nem o futuro como decorrência natural do presente. O “dado dinâmico na produção da nova história é o próprio presente, isto é, a conjunção seletiva de forças existentes. Se “o Homem é Projeto, como diz Sartre, é o futuro que comanda as ações do presente” (SANTOS, 2006). Para Jean Paul Sartre a totalidade como futuro em estado de possibilidade pressupõe idéia de escassez como elemento fundamental, ou seja, a necessidade como evidência da negatividade, como valor implícito da dialética histórica. Entendida como negação da negação, a escassez é o viver-se no futuro através das desordens presentes, é o futuro como possibilidade de sua própria impossibilidade. A escassez é motor e origem da práxis e esta a relação do organismo com o fim exterior e o futuro, o organismo presente como totalidade ameaçada; O Homem é projeto e este, como transcendência é a própria exteriorização da imanência (SARTRE, 2002).

Se a humanidade é projeto e este, como intencionalidade, autorizável pela filosofia da práxis, então ela move-se pela evidência das necessidades, da escassez apreendida como negatividade do presente, mas também como possibilidade. Assim, deve-se considerar as diferentes formas de produção e existência dessa escassez no espaço mundial que, no presente período, aprofunda seu caráter historicamente fragmentário melhor apreensível se mediado pela formação sócio-espacial, em outras palavras, na historicização do espaço nacional expressa nas diferentes e contraditórias formas de uso do território. Para isso, é imprescindível considerar o território como instância social onde todos os usos, os hegemônicos e os contra-hegemônicos, assumem concretude e onde estes, desde os mais diferentes lugares, afirmam suas potencialidades históricas de existência baseada em uma nova hegemonia. Nessa perspectiva filosófica território e hegemonia tornam-se categorias de análise indissociáveis.

Concepção de Território como instância social contra-hegemonizante

No período da globalização atual deve-se buscar apreender a dinâmica dos lugares e sua resultante territorial, a partir dos fundamentos da constituição do meio técnico, científico e

informacional, explicitando a origem da segregação socioespacial metropolitana e considerando a dimensão do cotidiano. A nova divisão territorial do trabalho produzida pela globalização mundializa e monitora remotamente os lugares através de conexões que a rede mundial de informações por computadores autoriza, para responderem a uma demanda globalizada com uma estrutura precisa e especializada. Contudo, importa atentar para a possibilidade do presente período de empiricização do planeta, o que permite melhor analisar e compreender as desigualdades sócio-espaciais contemporâneas. Esses novos objetos técnicos não são difundidos por todo o território o que produz desigualdades sócio-espaciais cada vez mais graves. As densidades técnicas viabilizam a fluidez do território conforme os interesses das empresas, já que a circulação é condição da reprodução capitalista. As metrópoles coadunam a existência de lugares mundiais que realizam funções mundiais e outros subespaços que nem tanto. Pode-se falar de uma modernização incompleta. A divisão internacional territorial de trabalho privilegia determinados subespaços dos territórios tornando-os espaços corporativos, representativos dos interesses hegemônicos e fragmentados, dispersos. A participação dos países pobres nesse processo de modernização exige pesados investimentos em infraestruturas que não são direcionadas às áreas sociais das quais os pobres são dependentes. A modernização é seletiva territorial e socialmente, implicando em alta concentração de empresas (SOUZA, 2008).

O desenvolvimento técnico-científico e informacional alcançou todos os lugares do mundo, o mundo todo, e gerou uma técnico-cientificização dos territórios em níveis de existência jamais vistos. Isso torna impossível pensar o espaço sem considerar o papel ativo dos fenômenos técnicos que lhe são inerentes e que são movidos pela tensão entre os contraditórios interesses de usos que têm, no controle da informação, a medida de suas potencialidades viabilizadoras. O território, fração do espaço controlado pelo Estado, é, assim, território usado porque é espaço historicizado e deve ser compreendido como um todo constituído e constituindo-se, determinado e determinante do espaço global como totalidade maior; uma forma-conteúdo que articula o “conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não” (Santos 1998, p. 49) em permanente processo de interação e interdeterminação estrutural, formal e funcional. Território é, nessa ótica, um híbrido.

Os acontecimentos, inseridos em objetos no mesmo momento e em conjunto reproduzem a totalidade; por isso são complementares e se explicam entre si. Cada evento expressa, simultaneamente, uma dinâmica mundial e aquelas produzidas desde os lugares. Essa totalidade em movimento pressupõe eventos e objetos dialeticamente articulados, condição para que esses

ganhem realidade. Por serem individuais, mas não isolados, os eventos constituem situações, se sucedem, se superpõem e interdependem. São solidários entre si e se realizam em um processo de totalização dinâmica, constituindo o mundo como um espaço banal.

Desde essa acepção a idéia de espaço banal, a partir da noção de François Perroux, que se referiu a espaço banal como espaço geográfico em oposição a espaço econômico, sugere um bom ponto de partida para a reflexão sobre a tensão entre processos hegemônicos e contra-hegemônicos através do uso do território. Espaço banal é, nessa perspectiva, o “espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; espaço das vivências” (Santos, 2000, p. 108). Concebido como todo o espaço e, também, como espaço de todos, a categoria espaço banal permite diferenciar quantidade de qualidade, mostrar que o processo de produção da extensão não é homogêneo como o pensamento hegemônico tenta fazer crer, mas resultado da operacionalidade do sistema de ações, dos eventos, ou seja, desse processo lógico e histórico de produzir as possibilidades, a extensão planetária que no presente período caracteriza a globalização, segundo o poder de cada um, classes sociais, lugares etc. O planeta tornou-se, pela primeira vez na história, sinônimo de ecúmeno, em outras palavras, unicidade técnica. Significa dizer que a técnica e a política se planetarizaram, temos pela primeira vez na história o tempo empírico, um tempo universal, um tempo que se faz com autorizações técnicas planetárias. E, por isso, sempre precisa de políticas e técnicas que sejam planetárias e por isso os eventos tornaram-se seletivos. Assim, a história do presente dá-se diferenciadamente nos lugares. Significa dizer que as facticidades são diferentes nos distintos pontos do planeta, elas comungam diferenciadamente do tempo empírico, universal, planetário.

Nos lugares, mediante diferentes temporalidades, todas as ações se dão conjuntamente, como um acontecer solidário. Então espaço banal é esse conjunto de cristalizações das existências, como materialidades, mas também dos eventos, normatividades públicas ou corporativas que expressam e autorizam os eventos, as ações, as diferentes formas e as possibilidades latentes de uso do território, de uso do tempo e da técnica. Esse cotidiano se faz a partir de um tempo empírico que é feito de informação, verticalizada sobretudo, que aparece como acontecer hierárquico, como produtora de acontecimentos complementares e homólogos e que, por ser hegemônica, se pretende a única energia no cotidiano mesmo quando se sabe que no cotidiano há uma informação produzida e transmitida desde os circuitos não hegemônicos, como contra-racionalidade, como processo contra-hegemônico.

Hegemonia um conceito dinâmico e apropriável no período contemporâneo

O termo hegemonia vem grego: “Preponderância de uma cidade ou de um povo sobre outras cidades ou outros povos” ou, simplesmente, “Preponderância, supremacia, superioridade” (FERREIRA, 1975). Luciano Gruppi (1970, p. 1) ensina que o “termo hegemonia deriva do grego egestai, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’; ou também do verbo eghemoneuo, que significa ‘ser guia’, ‘preceder’, ‘conduzir’, e do qual deriva ‘estar à frente’, ‘comandar’, ‘ser o senhor’; direção suprema do exército. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época da guerra do Peloponeso, falou-se de cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si”. Aqui, a noção de hegemonia recupera o sentido de rede de cidades sob direção de uma delas estabelecendo, no espaço, determinadas relações de mando e obediência. Para Tom Bottomore (1980) hegemonia é a noção segundo a qual a burguesia desenvolve historicamente mecanismos para estabelecer e manter sua dominação, o que exige compreender o estado como um híbrido de força e consentimento. A manutenção do domínio por uma classe pressupõe, não só uma organização específica da força, mas também a capacidade de ir além de seus interesses corporativos estreitos. A classe só domina se exerce uma liderança moral e intelectual e se, dentro de certos limites, faz concessões a uma variedade de aliados unificados num bloco social de forças ou, como denominou Antônio Gramsci, bloco histórico. Esse bloco representa uma base de consentimento para a ordem social, na qual a hegemonia de uma classe é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e idéias. Essa ‘textura de hegemonia’ é tecida pelos intelectuais, entendidos como todos aqueles que têm um papel organizativo na sociedade. Nessa perspectiva, hegemonia implicaria consentimento ativo, vontade coletiva que une diferentes grupos sociais, que em sua forma mais elevada corresponderá ao mais amplo controle democrático, e não se reduz a legitimação, falsa consciência, ou uso instrumental da massa da população, ‘senso comum’ ou visão do mundo, mas compõe-se de vários elementos, alguns dos quais contradizem a ideologia dominante, como, aliás, grande parte da consciência cotidiana.

Compreende Jorge Almeida que para Gramsci hegemonia é “uma combinação de liderança ou direção moral, política e intelectual com dominação, exercida por meio do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e frações de classes” (ALMEIDA, 2002, p. 26); parte “da sociedade civil e de suas diversas instituições e do Estado” (idem); a existência de forças contrárias - que a ela resistem mediante apresentação ou proposição de projetos alternativos-, dão-lhe caráter de permanente instabilidade, precariedade e

tensionamento, especialmente em “formações sociais com grandes contradições sociais, como as latino-americanas”. Além de mostrar que o conceito de hegemonia é indissociável do conceito de Bloco Histórico – “bloco social e político no poder de Estado e também predominante na economia..., portanto, um Bloco de poder” (idem, p. 27). Para Gramsci a “imprensa como um destacado instrumento da sociedade civil na disputa de idéias” tem grande importância. Almeida analisa o papel da mídia na tensão contemporânea entre hegemonia e contra-hegemonia: quando não se controla os núcleos centrais do poder do Estado nem a propriedade ou direção da grande mídia, somente a pressão da sociedade civil contra o Estado e o aparato midiático “pode mexer na agenda e democratizar o Estado e a mídia”. Assim, são centrais os papéis da “sociedade civil e da ação política que nela se desenvolve na construção dos cenários contra-hegemônicos”. Logo, deve-se considerar “as mediações, relações, interdependências e interinfluências de outros atores, tanto aqueles predominantes no Bloco de Poder como os que se situam principalmente fora dele” (idem p. 38-39).

Contra-hegemonia e bloco de poder são potencializáveis em uma formação sócio-espacial concreta. Entendida como construção social baseada na filosofia da práxis, logo calcada em uma estratégia de transformação social, um movimento contra hegemônico permite pensar a ação por dentro dos Estados. Lênin, contudo, alerta que o Estado é, em última instância, instrumento de defesa dos interesses das classes hegemônicas. E que é possível uma direção da política conforme a vontade da maioria se o poder político é exercido por uma classe cujos interesses coincidam com a maioria. Caso contrário, “a direção dos negócios públicos conforme a vontade da maioria torna-se inevitavelmente um logro ou acaba por oprimir a maioria” (LENIN, V. I. 1978, p. 66-67).

Sem descuidar do alerta leniniano, mas partindo das máximas marxianas de que: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto puderem movimentar progressivamente as forças produtivas nela desenvolvidas e 2) a sociedade só se coloca problemas quando estejam já formadas as condições necessárias a sua solução; Antonio Gramsci, para quem “Estado é o todo complexo de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente justifica e mantém seu domínio e ainda consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 1990, p. 97), introduz reflexões importantes para a luta contra-hegemônica, consideradas as condições de complexidade dos Estados modernos. Acontece “na arte política o que acontece na arte militar: a guerra de movimento se torna cada vez mais guerra de posição e pode-se dizer que um estado vence uma guerra quando a prepara minuciosa e tecnicamente nos tempos de paz”. A estrutura

das democracias modernas (Estado ou sociedade civil) “constitui para a arte política o mesmo que as ‘trincheiras’ e as fortificações do front na guerra de posição”. O movimento que antes era ‘toda’ a guerra torna-se elemento apenas ‘parcial’. (idem, p. 106).

O esforço de produção de uma contra-hegemonia não pode prescindir de uma periodização da história. O período histórico atual é técnico- científico e informacional. Neste, como nunca, a ideologia ocupa papel fundamental na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização atual. No atual meio geográfico, o meio técnico-científico-informacional, os materiais disponíveis permitem continuar a fazer do planeta um inferno, mas também permite subverte-lo. A política, desse modo, ganha relevância como “arte de pensar as mudanças e criar as condições para torná-las efetivas” (SANTOS, 2000, p. 14). Em outras palavras, a política é condição fundamental para a produção social de um projeto de futuro contra-hegemônico e para o exercício voltado a torná-lo uma nova hegemonia de caráter emancipatório. Quais sujeitos históricos serão capazes de dar existência ao feixe de eventos de magnitude transformadora estrutural no período presente? Considerando-se que o meio geográfico está dotado de instrumentos eficazes para a apropriação da mais-valia universal como jamais visto, com a exigência de irrisória quantidade de trabalho vivo, deve-se concordar com a convicção de Milton Santos de que a mudança histórica virá de um movimento de baixo para cima cujos “atores principais são os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único”. (SANTOS, 2000, p. 14).

A crise do período atual tem caráter permanente. Trata-se de uma crise global evidenciada tanto por fenômenos globais quanto por manifestações particulares. Essas manifestações apenas reproduzem em todos os territórios um novo estágio da crise estrutural assentada na aliança entre as tiranias do dinheiro e da informação, haja vista que a regulação pelas finanças depende do controle dos espíritos. Isso explica o papel avassalador do sistema financeiro e o comportamento permissivo dos agentes hegemônicos responsáveis pelo aprofundamento da crise. Essa aliança tirânica entre dinheiro e informação conduz à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo “pensamento único” e faz desaparecer ou subordina os processos não-hegemônicos com raras exceções em certas frações do território onde mantém certa autonomia de reprodução própria. O estrutural, no período atual, é ao mesmo tempo dinâmico e crítico. Nele, o uso extremado das técnicas e do pensamento técnico, instala a política por todos os interstícios do

corpo social, conduzem à obsessão pelas normas, estas indispensáveis à eficácia da ação. Contudo, as atividades hegemônicas tendem à centralização, esta aumenta a inflexibilidade dos comportamentos, acarretando um mal-estar no corpo social, já que a única crise que desejam afastar é a financeira, causa essa do aprofundamento da crise real – conteúdo do tempo presente - econômica, social, política e moral (SANTOS, 2000). Crise que permite ao corpo social hegemônico tornar possível um projeto alternativo, resultante de uma intencionalidade política contra-hegemônica, crítica, portanto, da política feita pelas empresas globais através das e avalizadas como normas pelas instituições do Estado de modo a garantir legitimação ao uso mercadológico do território. Isso porque, como observa Luiz Werneck Vianna (1978), no exercício da hegemonia “a burguesia solidariza o Estado com as instituições dirigentes da ação e da produção e da reprodução dos valores sociais”. Isso conforma o que genialmente Gramsci conceituou de Estado ampliado. É de Estado ampliado a patamares jamais vistos, produzidos pela globalização do capital, que se refere.

Ana Clara Torres Ribeiro acrescenta que existem obstáculos para a ação alternativa. Esses se tornam nítidos quando se observa “a acessibilidade aos novos recursos técnicos”. Esses obstáculos podem se expressar no consumo de objetos praticamente irrelevantes, nas “incompletudes técnicas continuamente recriadas e na subordinação do usuário à inovação permanente”. As redes técnicas permitem transformar a comunicação em informação mercantil; intensificam “o ritmo da vida social, o que impede a reflexão, a meditação e a análise” e a “substituição de redes sociais por redes técnicas, da sociabilidade e da interatividade pela conectividade e, como diz Milton Santos, pela competitividade”. Esses “elementos materiais e imateriais sustentam a nova natureza do poder”. Desse modo, a ação hegemônica instrumental baseada na inovação e no permanente estímulo ao ativismo, condiciona as ações assentadas em valores e nos modos tradicionais de agir, constituindo as redes como “instrumentos de sistematização da vida coletiva pela ação hegemônica”, correspondendo à “manifestação radicalizada da razão de um certo tipo de racionalidade que conduz a ação dirigida a fins, a ação instrumental, estimulando a burocratização da vida social” (RIBEIRO, 2000, pp. 19-20).

Porém, como toda hegemonia tem seu grau de instabilidade, essa ação hegemônica permite a disputa de novos conhecimentos, estratégia e domínio de novas linguagens, pondo em evidência forças sociais conscientes do significado dessa racionalidade burocrática e banalizadora da violência e da exclusão e dos riscos às relações societárias. A razão instrumental das redes técnicas a serviço do bloco histórico hegemônico produz uma racionalidade que lhe interessa,

mas também contra-racionalidades ou ainda novas racionalidades, ou ainda novas e contra-hegemônicas racionalidades, como expressão de resistências sócio-espaciais desde os mais diversos lugares– espaços do acontecer solidário – que no período técnico-científico-informacional contém, todos eles, todo o território nacional em sendo usado e o próprio mundo.

Sobre as idéias transformadoras no modo de produção capitalista

É imprescindível na reconfiguração do território o aspecto do sistema de ações que relaciona a produção do conhecimento e a prática social no processo histórico. Concorde-se com José de Souza Martins (1982) no entendimento de que o modo capitalista de produção “é também o modo capitalista de pensar” e dele é indissociável e que este modo de produção de idéias leva tanto para o conhecimento de senso comum quanto para o pensamento científico as tensões do sistema expressas nas diferenciações ideológicas e de tendências existentes dentro de uma mesma formação social, haja vista que é o modo de pensar necessário à reprodução e re-elaboração das bases de sustentação, ideológicas e sociais, do capitalismo, logo, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem. Daí a importância de fecundar o conhecimento, revolucioná-lo submetendo-o à crítica histórica, o que pressupõe um compromisso com a transformação da sociedade. Somente um conhecimento comprometido com a transformação do mundo e com a dignidade humana pode, mediante a crítica desenvolvida na própria ação, contrapor-se ao modo capitalista de pensar.

No mundo constituído e integrado por fatias especializadas (os lugares geográficos) onde as pessoas já nascem inseridas, cabe-lhes, ao seu próprio modo, assumir individualmente a busca da totalidade do mundo. Mas o mundo condiciona exclusivamente ao capitalista a função heróica de civilizador. Nesse mundo, sujeitos, sobrecarregados de exigências e significações que não decorrem deles mesmos ficam misturados indistintamente com os objetos, o que os tornam estranhos em relação a si próprios, haja vista que estão destituídos de humanidade; que a natureza humana é subvertida pela mediação dos objetos criados pelo trabalho humano. O próprio cientista, tido ao mesmo tempo como louco, ingênuo, alienado, sonhador e perigoso, sofre degradação moral, podendo ser tolerado desde que aceite que, nesse universo, só há lugar para a primazia da mercadoria, dos objetos que atendam aos delírios acumulativistas do capitalista. Somente quando trabalha para o capital o cientista deixa de ser doido; somente é considerado cientista se submete a ciência à razão do capital, à racionalidade na qual a relação entre as pessoas pareçam como sendo relação entre coisas. (Martins, idem p. 03-18)

Não é possível desconhecer o papel das idéias nas convulsões políticas que resultaram grandes mudanças históricas, mesmo que nem sempre isso esteja presente no esforço teórico mesmo de pensadores críticos. Sobre isso, Perry Anderson (2007) ressalta a completa indiferença de Fernand Braudel e Eric Hobsbawm, entre outros grandes intelectuais, acerca da questão.

Um dos eventos do sistema de ações de grande importância na reconfiguração geográfica mundial, com repercussões até o presente, diz respeito à Doutrina Truman e o Plano Marshall através do qual ela procurou realizar sua existência. A Doutrina Truman foi pilar da Guerra Fria. Anunciada em março de 1947, pelo presidente Harry Truman dos Estados Unidos determinava que suas forças militares estivessem prontas a intervir em escala mundial sempre que fosse preciso defender um país aliado da agressão externa ou da subversão interna comunistas. Na prática, essa doutrina criou a psicosfera apropriada para a normalização dos territórios através da adesão dos seus governos ou para criar uma face de legitimidade às intervenções militares restritivas do princípio da soberania dos Estados territoriais. A partir desse momento os Estados Unidos se impõem como uma espécie de polícia do mundo na defesa da sua estratégia, de sua geopolítica. Desse modo, puderam invadir países, derrubar governos, adestrar militares latino-americanos, estimulando-os a tomar o poder nos seus respectivos países etc. Observa Anderson (2007) que o começo da Guerra Fria estabeleceu uma batalha frontal e terminal entre dois blocos antagônicos, o que exigiu um esforço de afirmação ideológica sem precedentes em termos de eficácia e intensidade. Para isso, estabelecia a dicotomia não entre o capitalismo e o socialismo, mas como se fora um conflito entre democracia, o Mundo Livre, e totalitarismo. Esse chamado 'Mundo Livre' incluiu, como se sabe, o fomento a muitas ditaduras militares e estados policiais, para o que os territórios do continente latino-americano estão grávidos de exemplos. O Brasil, de 1964 a 1985 foi exemplo de estado ditatorial a serviço dessa geopolítica hegemônica.

O final da Guerra Fria, no início dos anos 1990, implicou em uma configuração geográfica mundial totalmente nova. Após séculos de história, o modo de produção capitalista passou a proclamar-se como tal. A ideologia, ou o sistema de crenças neoliberal, tornou-se hegemônica anunciando o ponto final ao desenvolvimento social. Como nunca, o capitalismo desenvolveu sua habilidade para dar forma a idéias e ações, dominando, inclusive, declarados adversários, tanto dos países ricos, quanto dos pobres e dependentes.

Anderson (idem) ressalta que as idéias cumprem papel fundamental no balanço das ações políticas e dos resultados da mudança histórica. O iluminismo, marxismo, neoliberalismo são exemplos significativos de impactos ideológicos modernos. Eles desenvolveram seus sistemas

sofisticados sistemas de idéias em clima de isolamento inicial e de conflito com o entorno político circundante e com pouca ou nenhuma perspectiva de efetivação imediata. Contudo, crises objetivas de grande envergadura permitiram a que recursos intelectuais subjetivos adquirissem força de ideologias capazes de determinar o curso dos acontecimentos. Não é outra razão que leva Gramsci a propor que se deve buscar tirar as pessoas simples de sua filosofia primitiva do senso comum e, para isso, conduzi-las a uma concepção superior da vida, à construção de um bloco intelectual e moral que torne politicamente possível o progresso intelectual de massas e não apenas de escassos grupos intelectuais (GRUPPI, 1978). Ora, o uso do território pelos trabalhadores e demais classes hegemônicas nas diversas formações sócio-espaciais só pode exercer seu poder transformador se as contra-racionalidades que povoam o interior das estruturas hegemônicas, tornarem-se manifestação de consciência, ou seja, se forem baseadas em um projeto de futuro. E isso, pressupõe a constituição, nessas formações, de blocos históricos moral e intelectualmente contra-hegemônicos e de massas. Milton Santos (2000) crê que se processam hoje duas mutações simultâneas e associadas, uma de caráter filosófica e outra de caráter material, valores socializantes se afirmam e as técnicas cada vez mais se tornam apropriáveis pelos de baixo, autorizando mudanças estruturais profundas na existência. O mundo começa a tornar-se uma extensão de caráter demográfico, começa a constituir-se o período popular da história.

Estado, formação sócio-espacial e hegemonia

O controle das técnicas em uma perspectiva contra-hegemônica exige essa nova base filosófica, essa nova concepção de mundo, esse novo sistema de valores e porque não dizer essa nova psicoesfera, como produção mesma de um ideário orientado à realização de mudanças estruturais profundas. Todavia, o modo capitalista de pensar, fomenta a aceitação de valores e de determinadas normas de conduta tidas como obrigatórias, mas que são formas hegemônicas de controle sócio-espacial. Para além do convencimento, o uso da força é, também, uma das formas empreendidas de controle dos indivíduos ou grupos, especialmente das classes hegemônicas em cada formação sócio-espacial, em cada território usado. Contudo, o uso da coerção baseada na lei será mais ou menos vista como “natural”, mais ou menos legitimadas, se certos valores culturais estão enraizados. Em muitos casos, a opinião pública pode se transformar em violência quando a coação é justificada com base em valores aceitos por todos, pelo senso comum. Para isso, o Estado cumpre papel fundamental no processo de controle social com vistas na reprodução

do modo de produção capitalista. Daí assistir razão a Max Weber quando concebe o Estado como comunidade humana que monopoliza e legitima, com vistas no controle social feito por meio da lei, o uso da força física com base em um determinado território. A ênfase ao território o qualifica como característica do Estado, considerado como única fonte do direito ao exercício direto ou concedido da coação (WEBER, 1999).

O território usado, como sistema híbrido de sistemas de ações e objetos, tem forte conteúdo político, como se depreende. O Estado territorial é o ente político que exerce controle sobre as normas jurídicas incidentes nessa porção determinada por fronteiras do espaço geográfico reconhecida internacionalmente como sob seu domínio soberano. Mas as fronteiras são política e culturalmente porosas e essa porosidade é mantida e dinamizada pelos distintos e incessantes usos do território, constituindo redes verticais, em geral hegemônicas, mas não exclusivamente, e relações horizontais que têm nos lugares geográficos a condição de espaço do acontecer solidário e que podem constituir, com outros lugares, redes verticais com grande potencial contra-hegemônico (Rodrigues, 2008).

Nessa perspectiva, a partir dos eventos que lhe configuram usos hegemônicos cristalizados mediante a ação do Estado e também pelos usos não hegemônicos perpetrados pelos “de baixo” a partir dos lugares e em todos os lugares, o território apresenta-se como uma das características fundamentais dos sistemas políticos. Por isso, o Estado territorial é indispensável para a ancoragem do futuro, para comandar a realização de um projeto socialista, logo, voltado a cuidar do conjunto da população e não só de parte dela. Isso significará produção de uma nova hegemonia e, o que lhe é indissociável, um novo bloco histórico capaz de realizá-la e sustenta-la ou, em outras palavras, um novo sujeito histórico coletivo portador de um projeto de mudança com vistas a um novo e superior estágio da história humana.

Isso indica relevo de um princípio leniniano inspirador do desenvolvimento do conceito de hegemonia por Gramsci, o princípio da análise concreta para cada situação concreta, o qual não suporta o viés dogmático da avaliação de uma situação singular circunstanciado por um corpo doutrinário. As formações sociais são singulares tanto pelos elementos que modelam estruturalmente sua constituição quanto pelos traços conjunturais, ou seja, pelo complexo emaranhado de circunstâncias para onde as determinações mais gerais ou mais particulares confluem e que ganham importância na análise e ação de um dado momento histórico. “Será marxista a práxis que formular a um só tempo o sistema de leis do processo objetivo e contraditório em curso e o programa de ação transformadora para a vontade coletiva interessada

numa outra forma de convivência social” (VIANNA, 1978, p. VII). Assim procedeu Lênin para pensar a construção da hegemonia na formação sócio-espacial russa. Para Vianna, a perspectiva que Gramsci herdou de Lênin o faz privilegiar uma formação social concreta e postular para ela um planejamento estratégico-tático com o objetivo de viabilizar a expansão da força política e social da classe operária e facultar-lhe a conquista do poder.

A formação sócio-espacial é a totalidade concreta apreensível no processo de uso do território. A compreensão do uso do território empreendido pelas classes e frações de classes hegemônicas ou hegemonzadas no contexto de uma determinada formação sócio-espacial permite aflorar para além da aparência, porque forma-conteúdo, a essência do mundo e não uma visão invertida do mesmo, não um mundo como mera ideologia, enfim, o concreto pensado na acepção de MARX (1986).

No período atual amplia-se a área territorial de produção, ao passo que a arena da produção, a parte do território onde se realiza o processo produtivo direto, diminui. Isso se torna factível no território brasileiro, entre outros fatores, porque se ampliaram as possibilidades de “difusão das mensagens e ordens em todo o território nacional”. A informatização do território, por exemplo, tornou-se condição imprescindível para o espraiamento territorial de uma produção de alta envergadura. Nesse contexto, tornou-se possível o uso do território, com o “conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, por mais distantes que eles estejam”. Dessa maneira, os motores econômicos internacionais e nacionais mais facilmente constituem sistemas de cooperação de grande abrangência e profundidade. É possível pensar os impactos na economia dos países ricos de uma interrupção do processo de exportação de energia contida nos produtos semi-elaborados metalúrgicos da Amazônia? É possível pensar o sistema industrial brasileiro sem a interligação das usinas produtoras de energia elétrica, inclusive inter-regionalmente (regiões intra-territoriais) e internacionalmente (gás boliviano, por exemplo)? Os eventos são dotados de simultaneidades distintas das de outrora devido a estas serem movidas por um único motor, a mais-valia no nível mundial, que, aliás, é determinante da forma como os eventos se realizam nos diferentes territórios (SANTOS, 1998, pp. 144-145).

O período técnico-científico informacional, como expressão de totalidade, embora seja um recorte no tempo, mostra a relação de interdependência e interdeterminação, o processo de constituição da unidade do diverso, entre os eventos universais e os particulares, entre o mundo e o lugar – espaço do acontecer solidário -, entre o global e o local, em sucessivos, permanentes e multifacetados eventos e processos dinâmicos de totalização. Portanto, concebida como

possibilidade, a totalidade só pode se realizar como espaço social, como realidade historicizada e geografizada.

O espaço geográfico é abstrato. Sendo socialmente produzido, expressa-se em um tipo de movimento desigual e combinado de divisão social e territorial do trabalho que, em cada período histórico, dá concretude às formações sócio-espaciais, que são no nível nacional, no nível do Estado territorial, a expressão concreta dos processos de constituição da estrutura, forma e função global, ao mesmo tempo determinadas e determinantes desses. A formação sócio-espacial é o espaço na nação, ou seja, o território circunscrito aos limites fronteiriços de um Estado soberano, que porém é normado a partir de interesses que desde dentro ou de fora produzem, permanentemente, conflitos e tensões. A formação sócio-espacial medeia, através do diverso mas peculiar uso do território nacional, o processo de apreensão da essência da dialética mundo-lugar, universal-particular, do movimento não retilíneo, ilimitado, ou apenas metodologicamente limitável, da totalidade-mundo. Como categoria de análise, dão concretude ao território, na medida em que possibilitam, em cada momento histórico, apreender seu uso correspondente em termos econômicos, políticos, culturais, etc. Usos que expressam a riqueza de atores: diferentes classes, diversas empresas, instituições estatais e não estatais, diversos processos de trabalho; enfim, o uso do território pelos agentes hegemônicos e pelos agentes não ou contra-hegemônicos. O uso do território no contexto de uma formação sócio-espacial é o espaço de todos e todo o espaço. É o espaço banal, totalidade fundamental para construção contra-hegemônica com base na consciência universal.

No combate ao determinismo mecânico, deve-se conceber a sociedade como um todo unitário e orgânico explicado a partir da base econômica e das relações de produção e de troca, mas não inteiramente redutível à base econômica. O espaço é também uma instância desse todo. Essa noção ainda incompleta permitiu a Gramsci e a Lênin fundarem o conceito de hegemonia. O valor do conceito de formação econômico-social, que considera a sociedade em toda sua complexidade estava claro para Lênin, embora as relações de produção e de troca fossem a base de sua explicação. Ora, reduzir toda a sociedade à sua base econômica significa excluir o lugar da iniciativa política, logo, o lugar ou possibilidade da Hegemonia. Não se poderia pensar em hegemonia numa fase na qual o capitalismo ainda não houvesse se desenvolvido, numa fase de revolução democrático-burguesa, como era o estágio da formação sócio-espacial Russa em 1905. Lênin faz a articulação dialética segundo a qual, em uma determinada situação histórica de crise, as classes não hegemônicas podem vir a ser hegemônicas, mesmo que a revolução seja

democrático-burguesa. Chega a essa conclusão, precisamente, porque recupera de Marx e qualifica o conceito de formação econômico-social. (GRUPPI, 1978, p. 32). Vale complementar: formação sócio-espacial, já que nenhum processo histórico é feito à revelia de um espaço geográfico concreto, um território usado.

Caminhos da superação: a filosofia da práxis e o novo sujeito histórico

Jean Paul Sartre (2002), concebe que a dialética revela-se a um observador situado em interioridade, como práxis do indivíduo condicionada pela história mais ampla na qual ele está inserido. A práxis coletiva, de todos, revela-se ao indivíduo como a necessidade da sua própria práxis. Inversamente, a liberdade da práxis singular, de cada um, redescobre-se em todos desvelando uma dialética que se faz enquanto ela é feita. “A dialética como lógica viva da ação não pode aparecer a uma razão contemplativa; ela revela-se no interior da práxis e como momento necessário desta... e torna-se método teórico e prático quando a ação em processo de desenvolvimento dá-se suas próprias luzes” (Sartre, p. 158). O referido autor observa ainda que “a experiência apresentar-se-á, a cada momento, como uma dupla investigação: deve nos revelar se a totalização existe, por um lado (e na ordem regressiva) todos os meios colocados em ação pela totalização, isto é, todas as totalizações, destotalizações e retotalizações parciais em suas estruturas abstratas e suas funções, e, por outro, deve deixar-nos ver como essas formas se engendram, dialeticamente, umas nas outras na inteligibilidade plenária da práxis” (idem, apud Rodrigues, 2008). Ver consciente, consciência filosófica que, como preconiza Marx,

na medida em que a totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, é de fato um produto do pensar, do conceber; não é de modo algum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas a elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível... O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não comporta senão especulativamente, teoricamente (Marx, 1986, p. 15).

O sentido da práxis que se resgata aqui está imbricado à ação criadora da lógica dialética, que, em última instância, é lógica da liberdade. Uma práxis alienada terá equivalência à inércia trabalhada ou prático-inerte (idem, 181-185, apud Rodrigues, 2008). Nesse diálogo, “indo além

do ensinamento de Sartre”, Santos introduz uma idéia fundamental para de compreensão da dialética espacial, qual seja, a de “que o espaço, pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais acabada do prático-inerte”. Nessa perspectiva, a inércia trabalhada, ou seja, o prático-inerte, isto é, o espaço assim entendido, não significa, necessariamente, práxis alienada haja vista que as ações não hegemônicas apreensíveis no espaço, em grande medida são não-alienadas, são conscientes; são práxis contra-hegemônicas, ou ainda, práxis contrárias à racionalidade hegemônica. Isso é possível porque tudo “o que é resultado da produção é, ao mesmo tempo, uma pré-condição da produção”. Não se trata, como chamava atenção Sartre, do prático-inerte. Em sendo espaço humano, trata-se de uma “inércia dinâmica”, diz Santos (1979).

Enriquecendo esse esforço de reflexão em abordagem centrada no sistema de ações, que privilegia a produção do novo sujeito histórico no contexto da globalização contemporânea pela ação da sociedade civil “de baixo”, François Houtart (2007) indica pistas importantes para a apreensão das possibilidades do presente. O novo sujeito histórico, para dar conta dos desafios presentes, deve se estender ao conjunto dos grupos sociais submetidos ao processo de acumulação capitalista. Incluem, portanto, os que formam parte da “subsunção real”, referindo-se aos chamados ‘antigos movimentos sociais’, e os que integrariam o grupo dos subsumidos formalmente, ou seja, os ‘novos movimentos sociais’. Esse novo sujeito histórico, popular e plural, deve ser pensado como uma multiplicidade de atores sociais. Nessa perspectiva, os operários têm um papel importante a cumprir, mas compartilhado. O próprio processo de construção plural, múltiplo, autônomo, deve marcar esse novo sujeito como democrático. Pensando-se a ação desse sujeito nas diversas regiões, territórios, continentes e no mundo, a multipolaridade impõe-se como requisito organizativo e democrático. Será a construção social, voltada a toda a humanidade, de um sujeito no sentido pleno da palavra, o que inclui a “subjetividade redescoberta”.

Essa busca de um novo sujeito histórico universal não impede Houtart de propor que os movimentos sociais devam precisar que pertencem a sociedade civil de baixo, conforme concebeu Antônio Gramsci, ou seja, como lugar das lutas sociais. Desse modo, pode-se fugir da armadilha perpetrada pela ofensiva semântica dos grupos dominantes e suas instituições, tais como o Banco Mundial, para os quais sociedade civil e restrição do papel do Estado são coisas inseparáveis, o que tem envolvido muitas ONGs, com base na ideologia de que todos querem o bem da humanidade, talvez de forma ingênua, em suas ações estratégicas.

Essa é a perspectiva de Perry Anderson ao propor a construção da resistência e a necessária produção de idéias que a balize não como um programa desde cima, mas como uma força desde baixo. Exemplo a destacar é o desafio assumido pelo movimento zapatista de experimentar novas formas de ação e comunicação que, usando uma radical, inesperada criativa forma de organização de atos, palavras e símbolos, foi capaz de desequilibrar o sistema, mais do que em qualquer outra parte do continente, ainda que se deva reconhecer suas enormes limitações. Mas, observa esse autor, “se estamos atrás de um ponto de partida para a reinvenção de idéias da esquerda, são em forças nacionais como estas, e movimentos internacionais como o Fórum Social Mundial, que elas podem ser buscadas.” (Anderson, 2007, p. 377).

Corroborando com essa perspectiva Pablo Gonzáles Casanova (2007). Ele dedica importância fundamental para as minorias étnicas, especialmente nos países periféricos por terem sido “capazes de captar o universal concreto em suas variedades, em suas especificidades e em suas novidades históricas. Descobriram o novo mundo sem encobrir o passado. Descobriram o mundo atual e as linhas de um mundo alternativo emergente e por construir” (p. 415). As linhas do mundo alternativo, pode-se dizer, são as frestas do futuro que já se apresenta como possibilidade.

Ressalta Gonzáles que as mudanças deram-se tanto nas regiões periféricas e quanto nas centrais, protagonizadas pelos movimentos sociais tradicionais e pelos novos movimentos sociais, envolvendo os habitantes urbanos marginalizados, os movimentos de jovens, mulheres, homossexuais, desempregados, endividados, excluídos, e alguns dos velhos movimentos de camponeses e trabalhadores ou de revolucionários e reformistas. Os movimentos étnicos, contudo, captaram a velha e nova dialética do mundo a partir opressão, discriminação e exploração em sua dinâmica local, transnacional mediada nacional e internacionalmente. Os zapatistas, por exemplo, combinam suas antigas formas de resistência com uma articulação em redes de solidariedade variadas. A constituição das redes e organizações autônomas do tipo zapatista é instrumento novo e qualitativamente superior de luta para enfrentar o sistema dominante. Ao mesmo tempo é processo de articulação e reestruturação das forças sociais heterogêneas que têm a autonomia como princípio relacionado à irrenunciável dignidade. Um novo uso dos meios eletrônicos e de massas vem sendo experimentado, como forma de revanche contra-hegemônica dos mais distintos lugares e territórios, mas não negam as formas presenciais de comunicação.

Essa nova qualidade de comunicação, por ser interativa e intercultural, afirma o respeito ao diálogo das crenças, das ideologias e das filosofias voltado à “descolonização da vida

cotidiana e dos ‘momentos estelares’ da comunidade crescente, esboço de uma humanidade organizada”. A rede internacional de organizações que lutam pela água como bem social e como direito humano e contra sua mercantilização; a rede em favor da mudança da função dos órgãos financeiros multilaterais das Nações Unidas (especialmente a tríade Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio), hoje existentes em função dos interesses dos países hegemônicos e do grande capital financeiro; os avanços na luta dos povos dos países periféricos que, cada vez mais tornam-se centros propagadores de projetos alternativos à ordem vigente, onde se destacam os povos venezuelano, boliviano e equatoriano na América Latina, sendo as comunidades indígenas importantes protagonistas dessa luta; a luta da Via Campesina e do MST, do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, a resistência dos remanescentes de quilombolas e os mais de 220 vinte povos indígenas brasileiros por direito à terra e à cultura e contra os grandes projetos que as grandes corporações transnacionais tentam implantar especialmente na Amazônia brasileira, além de novas organizações baseadas no padrão tradicional de movimentos sociais (sindicatos e centrais sindicais autônomas e combativas, organizações populares pelo direito à moradia etc.), são manifestações concretas desse esboço de humanidade organizada, esboço de um novo sujeito histórico, condição indissociável da noção de projeto alternativo de sociedade.

Ao analisar a dinâmica dos lugares no período atual, Souza (2008, *ibidem*), observa que a diversidade, a pluralidade, a universalidade, a sensibilidade única da convivência do diverso são a nova vida metropolitana; que há uma desordem aparente de uma vida absolutamente ordenada, pois em movimento conflitante e permanente. Uma nova ordem enfim onde os sujeitos históricos da cidade começam a ser os “de baixo”, criminalizados é bem verdade, mas também sujeitos da história. Essas circunstâncias forjam o período popular ou demográfico da história. O uso da informação atinge a todos, em todos os lugares. É essa possibilidade de chegada da informação que permite a construção, a partir de todos os lugares do mundo, de fantásticos processos de resistência. Esta é a novidade do mundo, afirma Souza: a possibilidade de resistir e de organizar a resistência com uso das informações que chegam, inclusive na casa dos pobres, do mesmo modo que chegam a todos. Os pobres podem construir o seu lugar, construir novas solidariedades. São as práticas coletivas – urbanas, frisa a autora - dos mais pobres que proporcionarão a possibilidade de saída ao desafio posto pelas segregações propiciadas pelo meio técnico, científico e informacional de interesse das empresas e das classes dominantes. A revanche do

território, corroborando com Milton Santos, se faz presente, revelada nas estratégias de resistência.

Essas estratégias são formas de resistência, mas também produzem cotidianamente experimentos locais de afirmação da possibilidade de um projeto de mundo alternativo. São processos de práxis sustentadas em projetos, haja vista a condição humana dos sujeitos históricos. São processos que só se concretizam como totalização dinâmica produtora dos espaços dos acontecimentos solidários, os lugares que, como inércia dinâmica, transparecem a concretude dos vetores verticais e horizontais que caracterizam os eventos geográficos, que por terem expressão nos usos do território permitem qualificar o que é obediente à razão hegemônica e as racionalidades que a realizam e a animam, reproduzindo-a estruturalmente, e as contra-racionalidades que animam a produção de uma razão alternativa, ou razões alternativas, reconhecendo-se que há diferentes projetos de futuro, diferentes utopias que indicam a constituição processual de formas alternativas, emancipatórias, de uso do território fazendo-se através de mutações técnicas e filosóficas propugnadas por Santos que já indicam o embrionamento – possibilidade latente - de um novo e popular período da história da humanidade.

Esse processo social e espacial de construção do novo sujeito histórico, não poderia ser diferente, expressa uma concepção transformadora de mundo, uma perspectiva utópica baseada na filosofia da práxis “Utopia, no sentido do que não existe hoje, mas que pode ser realidade amanhã, quer dizer, uma utopia não ilusória” mas necessária (Houtart, 2007, p. 428). Uma utopia compreendida não como o irrealizável, mas como construção coletiva e permanente, não como “uma coisa que vem do céu” (idem), mas como resultado da luta desse novo sujeito histórico coletivo em contextos geográficos que, como inércia dinâmica, pelo grau de tecnificação do meio geográfico atual, já domina elevado poder de determinação no processo de viabilização de uma nova existência. Utopia que se baseia na crença marxiana, expressa na introdução à crítica da economia política, de que a humanidade só se propõe objetivos que sejam alcançáveis. E, observando-se atentamente a realidade presente, não é difícil afirmar que há muito estão sendo gestadas as condições materiais e filosóficas para sua realização.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Jorge. Marketing Político: hegemonia e contra-hegemonia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/XAMÃ, 2002.

- ANDERSON, Perry. As idéias e a ação política na mudança histórica. In.: BORON, Atilio et. al. (org.) A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 365-377.
- EDUCATERRA. Os Estados Unidos e o início da Guerra Fria (1945-49): a doutrina Truman e o Plano Marshall. Colhido de www.educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/guerra_fria6.htm).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- GONZALEZ C., Pablo. Colonialismo interno: uma redefinição. In.: BORON, Atilio et. al. (org.) A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 395-419.
- GRAMSCI, A. Poder, Política e Partido. São Paulo: Brasiliense, 1990, 1ª ed.
- GRUPPI, Luciano. Conceito de hegemonia em Gramsci; tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. (Biblioteca Estudos Humanos. Série Teoria política, n. 1) 2ª edição;
- HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In.: BORON, Atilio et. al. (org.) A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 421-430.
- KONDER, Leandro. O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 2ª edição, 230 pp.
- LENIN, V. I. Lenin: política/organizador FERNANDES, Florestan. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1978 (Grandes Cientistas Sociais; 5), p. 66-67.
- MARTINS, José de Souza. Sobre o modo capitalista de pensar. São Paulo: Hucitec, 1982, 3ª edição.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Nova Cultural; 2ª edição; 1986, Os Economistas.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. “A natureza do poder: técnica e ação social”. In: Interface. Comunicação, Saúde, Educação, v.4, n.7, 2000, p. 13-24.
- RODRIGUES, E. B. Reflexões teórico-metodológica sobre território usado. In.: XV ENG (Encontro Nacional de Geógrafos). O Espaço não pára. Por uma AGB em movimento. São Paulo: AGB (em CD)/www.agb.org.br, 2008.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- _____. Espaço e Sociedade: ensaios. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, 156 p.
- SARTRE, Jean-Paul. Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002, 904 p. Tomo I Teoria dos conjuntos práticos.
- SILVEIRA, Maria Laura. Aulas da Disciplina Questões de Método em Geografia. São Paulo: USP/DG (anotações e gravações digitais feitas por Edmilson B. Rodrigues), 2º semestre de 2007.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida. A Metrópole e o Futuro: A Dinâmica dos Lugares e o Período Popular da História. In: SOUZA, M. A. A. (organizadora). A Metrópole e o Futuro: refletindo sobre Campinas. Campinas: Edições Territorial, 2008, p. 35-53.
- _____. Geografias da Desigualdade: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITC/ANPUR, 1994, pp. 21-8.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Distrito Federal: Editora da Universidade de Brasília, 1999, Volume 2.
- VIANNA, Luiz Werneck. “A propósito de uma apresentação”. In: GRUPPI, Luciano. Conceito de hegemonia em Gramsci; tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. (Biblioteca Estudos Humanos. Série Teoria política, n. 1) 2ª edição.

